



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CLIPPING – JORNAIS IMPRESSOS

Correio Urbano

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 23 de maio de 2018

Seguradoras piratas estão na mira do MPE

Sindicato dos Corretores de Seguros fez a denúncia, afirmando haver registros dessa prática criminosa em Sergipe

Empresas em Sergipe que se denominam associações de proteção veicular - embora não prestem os devidos serviços ao consumidor - estão na mira do Ministério Público Estadual (MPE). Em audiência realizada nessa terça-feira, 22, mediante denúncia do Sindicato dos Corretores de Seguros de Sergipe (Sincor-SE), o assunto foi debatido. Com isso, o MPE já instaurou um inquérito civil para investigar estas empresas, sendo este o início das ações para barrar a ação delas.

Segundo o Sincor-SE, há diversos relatos de representantes de entidades, além do Sindicato das

Seguradoras (Sindiseg), indicando haver diversos registros de seguradoras piratas agindo no Estado, principalmente na capital sergipana. Ainda conforme explicou o Sincor, estas seguradoras são uma concorrência desleal a respeito do valor cobrado, uma vez que o preço dos serviços é irrisório.

• Serviço ruim

"Estimamos que haja muitas associações desse tipo. Temos conhecimento público de pelo menos algumas lesões ao consumidor de divulgações que foram feitas a programas de rádio, TV e seguradoras", afirmou Kleber Souza, da diretoria do

Sindiseg. Estas associações, além disso, são ilegais, uma vez que, de acordo com o diretor, não possuem registro na Superintendência de Seguros Privados (Susep).

As seguradoras piratas (ou, como muitas se intitulam, serviços de proteção veicular) acabam lesando o consumidor, segundo informações dos sindicatos. Por exemplo, num acidente de automóvel, as empresas não têm condições de indenizar, apesar de prometerem a cobertura, ou até mesmo são empresas que, apesar de possuírem CNPJ, funcionam como cooperativas. Todos os clientes pagam suas mensalidades para formar um montante que vai

cobrir os prejuízos de um consumidor que também contratou a proteção.

Há também casos onde elas 'maçuiam' o conserto do veículo, valendo-se de peças usadas ou de um serviço mal executado. A denúncia afirmou também que essas associações não são fiscalizadas e incorrem também em problemas tributários. Segundo dados do Sincor-AL de outubro de 2017, a estimativa é de que pelo menos R\$ 5 bilhões em impostos municipais, estaduais e federais são deixados de ser arrecadados por ano no Brasil em função do não pagamento das tarifas por parte das associações de proteção veicular.

• Indo atrás

A promotora Euza Missano disse que a promotoria já possui uma relação nominativa de algumas empresas, que devem ser chamadas para futuras audiências. Ainda segundo ela, o MP instruiu inquérito para entender como funciona o mercado das seguradoras piratas em Sergipe. "A situação em Aracaju é grave porque, segundo os relatos, há uma proliferação dessas associações. A preocupação do MP é muito grande com relação à sanidade do mercado de consumo e à higidez da consciência do consumidor ao fazer esse contato. Quem fiscaliza, quem gerencia, qual é o fundo de reserva, tudo isso o MP



**A PROMOTORA EUZA
MISSANO DIZ QUE A
PROMOTORIA JÁ
POSSUI UMA
RELAÇÃO NOMINATIVA
DE ALGUMAS
EMPRESAS**

precisa saber. Se for detectado que há irregularidade, vamos recorrer ao Poder Judiciário", explicou, orientando que todo consumidor que se sentir lesado com a prática deve recorrer ao MPE para subsidiar os autos do inquérito civil.